



Universidades Lusíada

Fialho, Joaquim
Pontes, Alexandra

Ética de género ou o género da ética : pressupostos para uma igualdade de oportunidades entre mulheres e homens

<http://hdl.handle.net/11067/4210>
<https://doi.org/10.34628/v6nv-7e78>

Metadados

Data de Publicação	2004
Resumo	O artigo apresenta, de forma prática, os pressupostos para a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. É defendida a passagem de uma ética conformista de aceitação de práticas de desigualdade para um agir baseado numa ética de igualdade. O paradigma desse agir não é mais o da promoção de igualdade mas o da consolidação da igualdade entre géneros....
Palavras Chave	Ética, Justiça social, Discriminação no emprego
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 29 (2004)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T10:29:04Z com informação proveniente do Repositório

Joaquim FIALHO e Alexandra PONTES *

Ética de género ou o género da ética Pressupostos para uma igualdade de oportunidades entre mulheres e homens

O artigo apresenta, de forma prática, os pressupostos para a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. É defendida a passagem de uma ética conformista de aceitação de práticas de desigualdade para um agir baseado numa ética de igualdade. O paradigma desse agir não é mais o da promoção de igualdade mas o da consolidação da igualdade entre géneros.

Ética e acção humana: considerações enquadradoras

Os pressupostos da ética remetem-nos para uma tentativa real de encontrar o lugar do homem, bem como a reflexão sobre os seus actos, comportamentos, crenças e suas intenções. Esta ética, enquanto processo de descoberta, procura uma espécie de psicanálise dos actos, numa perspectiva de justiça e do dever ser e estar.

Todos nós agimos em conformidade com expectativas. Neste quadro, encontramos as nossas expectativas em relação às acções, ou seja, o que pretendemos atingir, os nossos objectivos e anseios; numa dimensão mais ampla, o nosso projecto de vida. Como factor externo, surge uma dimensão de conformidade, condicionada por um agir extrínseco, isto é, o que os outros esperam da nossa acção.

O cenário privilegiado onde esta acção ética se desenvolve é, inquestionavelmente, o da relação com o outro. São as nossas práticas quotidianas

* Joaquim Fialho - Assistente Social. Mestre e doutorando em Sociologia pela Universidade de Évora. Investigador na área de Igualdade de Oportunidades.

Alexandra Pontes - Assistente Social. Técnica da Unidade de Formação e Consultoria da CESDET.

nas que, na relação com o outro, nos fazem, por algumas vezes, ponderar o nosso comportamento, quer isto dizer, reflectir sobre a nossa acção.

Desde a origem do homem que se privilegia a relação com o outro, atribuindo-se um carisma moral e religioso a essas acções. Este outro, não é o vazio. Trata-se do próximo, a pessoa com quem interagimos nas nossas práticas. Estas práticas são as práticas do bem, da felicidade e da sã convivência, pressupostos básicos para a ética, em sentido amplo.

Por vezes tentamos encontrar fundamentos para legitimar a nossa conduta. O homem, enquanto ser social, projecta as suas práticas no quadro duma conduta social condicionada. Os usos e costumes inerentes a determinado contexto sócio geográfico, são os fundamentos para a nossa acção e, conseqüentemente, o barómetro da nossa ética.

Nas nossas práticas agimos orientados por causas individuais que nos são transmitidas através de várias gerações e que vamos assimilando com o fluir do tempo. Todavia, a nossa acção não é estática. É dinâmica e racional, e obedece também a valores que vamos adquirindo por via das emoções e das reacções. Agimos orientados pelas práticas do hábito e da tradição cultural. Agimos, numa perspectiva de “normal ou patológico” como reacção ao que os outros esperam de nós, na prossecução do comportamento socialmente correcto, por oposição ao desvio.

Esta ética, que aqui denominamos «ética da acção» é uma ética conformista. Age em função da expectativa que o «outro» tem relativamente à nossa pessoa. Vejamos. Porque é que de manhã tomamos o duche e nos vestimos? Porque é que nos penteamos e olhamos para o espelho? Porque é que entramos no café do nosso bairro pela manhã e dizemos bom dia? Porque é que ficamos incomodados quando o outro reage com a indiferença? Porque é que agimos de determinada maneira à mesa dum restaurante? Porque é que a postura que mantemos no nosso local de trabalho é bem diferente da que mantemos na relação familiar? Estas são algumas simples questões, meramente exemplificativas de como agimos em relação ao que os outros esperam de nós.

Esta ética da acção que aqui fazemos referência é uma ética maliciosa. Este conformismo das acções pode funcionar como agente perpetuador de práticas de desigualdade entre mulheres e homens das quais a história é pródiga. Esta ética, ou melhor, a falta dela, é a razão de ser da necessidade de operacionalização da igualdade entre mulheres e homens.

História e ética: uma evolução lenta

Questionar o papel do homem e da mulher ao longo dos tempos é uma tarefa complexa. Não se trata do contar uma “*story*” à boa maneira inglesa mas, tentar reflectir sobre a caminhada pela igualdade e, chegar ao fim da “*history*” e concluir que muito já foi feito, num quadro onde muito há para fazer.

Desde a pré-história que as mulheres ocupam um papel secundário nas sociedades em que se inserem. Mesmo assim, é neste período da economia de subsistência que se lhes reconhece um papel de alguma proeminência. Asseguravam a reprodução das tribos e, por se desconhecer o papel do homem na fecundação, eram muitas vezes sacralizadas como símbolos de fecundidade e vida. O ciclo de reprodução das plantas e o papel de «guardiãs do fogo» eram algumas das circunstâncias que colocam as mulheres numa situação de relevo.

Obviamente que esta visão, ainda que meramente ilustrativa, reflecte sobre o estado inicial da civilização com avanços, mas muitos mais recuos para o papel da mulher na sociedade.

A seguir a este período, a condição da mulher sofre uma forte inversão. No quadro da economia de produção, desenvolve-se a agricultura e a pastorícia; o homem fixa-se em terras férteis e junto aos rios; edificam-se as primeiras aldeias; descobrem-se fontes de energia (água e vento); desenvolvem-se técnicas para trabalhar a terra e começam a desenvolver-se os transportes, ainda que rudimentares, assentes na navegação e no carro de rodas. O papel da mulher sofre uma redução.

Da antiguidade aos nossos dias a história fez-se sobretudo de “grandes homens” (apesar de não gostarmos desta expressão) e de submissão do “sexo fraco”¹

Aristóteles (384-322 a.c.) proferiu uma frase que, reflecte bem o ponto de partida das mulheres nesta caminhada:

“As mulheres (tal como os escravos), são semelhantes a coisas ina-

¹ É um termo forte que ainda hoje é associado à mulher. Trata-se dum consideração de género que a história ainda não diluiu e que simboliza o muito que ainda há por fazer relativamente à verdadeira sociedade de igualdade e sã convivência entre mulheres e homens.

nimadas agindo sem saber o que fazem, tal como o fogo arde sem saber que queima”

Os arrepios que podem resultar desta reflexão aristotélica, multiplicam-se se olharmos para os nossos dias e verificarmos que ainda há empresas que têm alguma relutância em contratar mulheres; governos maioritariamente constituídos por homens, entre outras situações que referiremos mais à frente. A analogia que podemos estabelecer entre Aristóteles e os nossos dias é que estávamos no início da civilização e que, desde aí, muito se fez, mas muito há ainda por fazer.

Evidentemente que se registaram metamorfoses significativas no papel da mulher ao longo da história. A célebre Padeira de Aljubarrota, a Rainha Santa Isabel, D. Leonor, Mariana de Alcoforado, Josefa de Óbidos são, entre muitos, alguns dos nomes de mulheres portuguesas que tiveram um papel de relevo, numa sociedade que não gostamos de denominar de «machista».

O termo machista é viscoso e gerador de graves considerações de género. Em nosso entender o machismo, enquanto antónimo de feminismo, torna a construção da igualdade uma causa única e exclusiva das mulheres. Na verdade não é.

A ética que aqui anunciamos, enquadrada pela felicidade e pela procura do lugar das mulheres e dos homens na sociedade, faz-se a duas vozes. Não se trata de eliminar as inevitáveis diferenças biológicas, mas de erradicar estereótipos, crenças e preconceitos que envolvem mulheres e homens.

“Os homens da vida política discursam melhor que as mulheres” e as “mulheres são mais dotadas para a vida doméstica” são considerações de género que, entre muitas outras, ainda perduram em alguns segmentos da nossa sociedade e que condicionam a nossa ética, através da acção conformista, ao que os outros esperam de nós.

A situação actual

Muito está feito em matéria de igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. Muito também falta fazer.

Não confundamos esta maturação da sociedade com uma «guerra de sexos» em que as mulheres rasgam os soutiens como forma de reivindicar o lugar dos homens.

Esta lógica de igualdade que aqui aludimos é uma lógica que pretende ir até aos limites da ética e do género. É possível uma sociedade sem barreiras e feita a duas vozes. Os homens também têm de perceber o quão é importante a sua envolvimento nesta maturação social.

Como é sabido, nos nossos dias, muitas são as mulheres que abdicam da sua vida familiar e do nascimento dos seus filhos para se dedicarem a uma carreira profissional que não se compadece com outro tipo de expectativas de carácter familiar. Entramos na lógica da ética conformista, em que agimos de acordo com o que o «nosso patrão» espera de nós: a maximização da nossa produtividade.

Muitas são também as mulheres que abdicam do casamento. A sujeição a uma vida familiar, entre outras razões, pode ser um entrave colocado por uma sociedade que não se compadece com perdas de tempo.

Afinal, que sociedade é esta?

Apesar dos visíveis progressos, sobretudo no pós-25 de Abril, muito ainda há por fazer.

No campo profissional o género impera e coloca obstáculos a uma participação sã e equilibrada. Dizem alguns patrões (felizmente cada vez menos) que as mulheres faltam muito ao trabalho porque têm de prestar assistência à família; são um elemento perturbador em ambiente de trabalho; não têm força física; não têm autoridade e a sua disponibilidade para a prossecução dos objectivos da empresa é menor que a dos homens.

Obviamente que todos estes argumentos são passíveis de discussão e de resolução através duma consistente política de conciliação familiar e profissional. Infelizmente ainda perduram e condicionam a acção de homens e mulheres nos diferentes quadrantes da sociedade.

Basta olharmos para algumas áreas profissionais e verificamos que se mantêm tendências do passado. Profissões tradicionalmente femininas e outras tradicionalmente masculinas. É a própria conformidade que aqui temos referido que condiciona os acessos ao mercado. As mulheres continuam mais ligadas a áreas profissionais, como por exemplo, os serviços pessoais, têxtil, vestuário e estética e os homens dedicam-se a áreas como a construção civil, metalurgia e metalomecânica.

Na política, o quadro é mais grave. Basta olharmos para o nosso Parlamento ou até mesmo para a constituição do Governo e procedermos a uma contagem para posteriormente chegarmos a uma conclusão.

Este agir da conformidade que a ética tradicionalista nos propõe chegou à fase da sua ruptura. É preciso repensar as práticas e partir para uma proposta de operacionalização duma verdadeira igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, na qual as considerações de género geradas pela ética conformista não têm lugar.

Pressupostos para a ética da igualdade

Repensar a igualdade de oportunidades no quadro duma ética anti-conformista e que tem subjacente uma ruptura com os quadros sociais e culturais reprodutores da desigualdade é a tarefa que nos diz respeito. Não só a nós, enquanto técnicos e signatários deste artigo de reflexão, mas a todos os cidadãos, nos mais diversos quadrantes da vida, dando consistência ao que hoje chamamos pomposamente de «responsabilidade social».

A nossa reflexão deixa aqui um conjunto de pressupostos orientadores para a ruptura com a ética conformista e consequente consolidação duma nova ética de género:

- A igualdade não é um processo que só implica as mulheres. Não é feminismo. Pressupõe uma filosofia de vida que implica um equilíbrio na vida social de mulheres e homens.
- A igualdade está na Lei. Foi pela mão do direito que se fez a discriminação. Agora é pela mão do direito que se faz a mudança para a igualdade.
- A participação equilibrada entre homens e mulheres na vida familiar e profissional é um dos pilares decisivos para a igualdade.
- A maternidade é um valor humano que não pode ser desencadeador de discriminação no acesso ao mercado de trabalho.
- Enquanto os cuidados de família estiverem sobretudo nas mãos das mulheres não haverá igualdade.
- A igualdade não é sinónimo de inversão de papéis sociais.

- O trabalho e a família devem ser reorganizados (flexibilidade, redes de apoio à família, incentivos à participação equilibrada de mulheres e homens nas várias dimensões).
- A maior participação dos homens na vida familiar é vantajosa para a harmonia do casal e para o desenvolvimento psicossocial equilibrado por parte dos filhos.
- É preciso divulgar boas práticas ao nível da conciliação da vida familiar e profissional.
- As empresas devem ser sensibilizadas para as vantagens da conciliação familiar e profissional.
- O tratamento social da igualdade deve OBRIGATORIAMENTE implicar mulheres e homens, em ruptura com perspectivas feministas.
- A igualdade não é uma «guerra de sexos», não é uma luta de feministas, não é a substituição de lugares de homens por mulheres!
- Enquanto existirem, por exemplo, manuais escolares, órgãos de comunicação social e mentalidades adversas à mudança, a reprodução dos papéis tradicionais de género continuará a ser uma realidade.
- É necessário o reforço de mecanismos de actuação no controle ao nível do acesso ao emprego.
- A igualdade não pode ser apenas uma «bandeira política». Deve ser uma prática das nossas vidas.
- O acesso das mulheres ao emprego deve ser promovido em situação de igualdade com os homens e sem julgamentos estereotipados.
- “De pequenino é que se torce o pepino”. Actuar junto de estabelecimentos de ensino para uma efectiva EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE.
- Os processos de recrutamento no acesso ao emprego deverão ter por base júris paritários.
- Promover acções de sensibilização em igualdade de oportunidades junto de empresários e gestores.
- Todos nós temos a responsabilidade social de agir e denunciar a reprodução de imagens e valores que reproduzem a desigualdade.
- Cada um de «nós» é um agente estratégico na construção da igualdade de oportunidades.
- A igualdade não deverá ser imposta. Deve ser aceite como uma prática social de normalidade.

- A igualdade é pois, uma partilha equilibrada da vida social, política, familiar e profissional.

A formação de agentes estratégicos: um caso

Não se pense, apesar da pertinência que elas assumem, que estas coisas de igualdade se fazem por decreto. Não basta falar em igualdade de oportunidades, há que concretizar o conceito através de acções de carácter interventivo que fomentem a equidade e a cidadania e que visem a atenuação das desigualdades existentes. O relato que aqui deixamos, sobre a formação em igualdade de oportunidades é o princípio do muito que ainda há para fazer nesta matéria.

Não foi mais uma acção de formação que se realizou, meramente centrada na absorção de fundos comunitários. A experiência vivida com o grupo e a certeza de que dali saíram agentes estratégicos imbuídos da vontade de multiplicar práticas de igualdade e denunciar situações adversas, dá-nos garantias de que esta formação em igualdade é um lugar estratégico para a ruptura de algumas rotinas desajustadas aos nossos dias.

Durante cerca de três meses, doze formandos (seis homens e seis mulheres), com formação na área das ciências sociais e humanas frequentaram uma acção de “formação inicial de formadores em igualdade de oportunidades”.

A reflexão sobre a situação actual e a análise de casos concretos das díspares realidades profissionais em que actuam foi, inquestionavelmente, um espaço de crescimento e de abertura de novos focos de intervenção. É através da análise e reflexão do quotidiano familiar e profissional que se definem estratégias de intervenção visando a mudança de atitudes e comportamentos. A realidade das autarquias desconhecedoras da política de igualdade entre mulheres e homens; a intervenção comunitária em diferentes pontos do país, principalmente em zonas mais rurais fortemente enraizadas em modelos tradicionais; as grandes multinacionais na área da restauração cuja intervenção pode ser maximizada mediante simples actos, com efeitos multiplicadores por todo o país; os agentes do comércio e do turismo; a implementação de programas de promoção de igualdade em movimentos associativos com objectivos de cariz educativo; estas

foram algumas das abordagens pertinentes e inovadoras que o empenhado grupo de formandos trouxe para a discussão.

Considerações finais

A ignorância humana há muito pouco tempo percebeu que uma sociedade democrática e civilizada se constrói entre homens e mulheres, dia após dia, acto após acto, palavra após palavra.

Pensar uma sociedade na qual a igualdade surge como um simples acto isolado e marginal a outras tantas práticas sociais, é estar a construir barreiras visíveis e invisíveis, impeditivas da participação social, política e económica de mulheres e homens.

Nesta fase, o paradigma já não é o da promoção da igualdade. Superou-se a fase da douda ignorância. A hora é de *implementação* de práticas consistentes que ajudem a desenvolver transformações nos valores e práticas sociais e culturais promotoras da desigualdade. Estamos perante o paradigma da consolidação da igualdade.

Esta consolidação rompe com as práticas retrógradas e culturais construídas no quadro da ética conformista cujas práticas de género acentuavam o fosso entre mulheres e homens.

Os tempos que se aproximam são de procura da felicidade e da harmonia, rumo a uma ética igualitária e sem barreiras de género.

Este equilíbrio entre mulheres e homens segundo a matriz de igualdade de género, tem também por base o primado da justiça social. Todos, independentemente do sector ou área profissional, temos uma palavra a dizer. Esta luta pela harmonia e felicidade social é de todos.

Se no dia a dia todos nós desenvolvermos um simples acto de implementação da igualdade, paulatinamente veremos os resultados. Contudo, talvez a nossa fraqueza de não termos suficiente maturidade para esperar resultados difíceis nos conduza a práticas desiguais. Vamos ser fortes e encarar a igualdade como o fulcro do desenvolvimento social.

Bibliografia

- CGTP-IN(1998), *O longo caminho para a igualdade: algumas referências sobre a situação das mulheres ao longo dos tempos*, Editado no âmbito do Projecto Now-Luna, Lisboa
- CITE-COMISSÃO PARA A IGUALDADE NO TRABALHO E NO EMPREGO (2003), *Manual de formação de formadores em igualdade entre mulheres e homens*, Lisboa
- FIALHO, Joaquim (2003), *O paradigma da operacionalização da igualdade*, Boletim Inter-Agir, Projecto EQUAL, Ano 1, n.º 2, Julho de 2003